



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ – SEFAZ
Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista do Tesouro Estadual
Área de Conhecimento: Tecnologia da Informação

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 2

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O caráter de uma pessoa é estruturado por suas atitudes e seus ideais.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

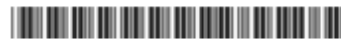
ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua, borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**P2 – PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

Atenção: Considere as transações descritas nos itens a seguir, que foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e se referem ao exercício financeiro de 2024 para responder às questões de números 1 a 5.

- I. Alienação de um veículo, em 18/12/2024, pelo valor total de R\$ 51.000,00. Nessa data, o veículo estava registrado no Ativo Imobilizado pelo custo de R\$ 145.000,00 e o valor da depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas era de R\$ 92.000,00. O valor da venda foi integralmente recebido pela entidade pública em janeiro de 2025.
 - II. Arrecadação de receitas de Contribuições Sociais no valor total de R\$ 890.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência (patrimonial), ocorreu durante o exercício financeiro de 2024.
 - III. Lançamento de receitas de Impostos no valor total de R\$ 9.151.000,00. Deste montante, R\$ 8.820.000,00 foram arrecadados durante o exercício financeiro de 2024, e o valor restante foi recebido pela entidade pública em janeiro de 2025.
 - IV. Obtenção de operação de crédito no valor total de R\$ 1.255.000,00.
 - V. Recebimento antecipado de receitas tributárias em dezembro de 2024. O valor total recebido em dinheiro foi R\$ 110.000,00. O evento tributável destas receitas ocorreu em janeiro de 2025.
 - VI. Recebimento de depósito em caução em dinheiro no valor total de R\$ 39.000,00.
 - VII. Recebimento de dinheiro em doação, sem condições atreladas à doação, no valor total de R\$ 57.000,00.
 - VIII. Recebimento de um terreno em doação, em 13/11/2024, sem condições atreladas à doação. Nesta data, o valor justo do terreno era de R\$ 526.000,00.
 - IX. Registro de um ativo contingente decorrente de reivindicação por meio de processo judicial cujo resultado é incerto e a entrada de recursos é considerada provável, pelo valor total de R\$ 347.000,00.
 - X. Reversão de provisão no valor total de R\$ 481.000,00. A provisão havia sido reconhecida no exercício financeiro de 2022 e, em 2024, considerou-se remota a possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros para o pagamento da obrigação.
1. De acordo com a NBC TSP 12, a Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2024, elaborada pelo método direto, expõe o valor total de
- (A) R\$ 110.000,00, referente à transação descrita no item V, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (B) R\$ 9.151.000,00, referente à transação descrita no item III, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (C) R\$ 526.000,00, referente à transação descrita no item VIII, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.
 - (D) R\$ 481.000,00, referente à transação descrita no item X, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (E) R\$ 51.000,00, referente à transação descrita no item I, como ingresso no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.
2. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto total das transações descritas no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2024 foi positivo de
- (A) R\$ 11.213.000,00
 - (B) R\$ 11.142.000,00
 - (C) R\$ 11.450.000,00
 - (D) R\$ 11.103.000,00
 - (E) R\$ 11.171.000,00
3. De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o impacto total das transações descritas no resultado da execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2024 foi positivo de
- (A) R\$ 11.022.000,00
 - (B) R\$ 11.479.000,00
 - (C) R\$ 11.132.000,00
 - (D) R\$ 11.171.000,00
 - (E) R\$ 11.658.000,00



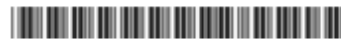
4. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de 31/12/2024 deve apresentar o valor total de
- (A) R\$ 481.000,00, referente à transação descrita no item X, integrando o valor total do Ativo Financeiro.
 - (B) R\$ 347.000,00, referente à transação descrita no item IX, integrando o valor total do Ativo Permanente.
 - (C) R\$ 51.000,00, referente à transação descrita no item I, integrando o valor total do Ativo Permanente.
 - (D) R\$ 9.151.000,00, referente à transação descrita no item III, integrando o valor total do Ativo Financeiro.
 - (E) R\$ 526.000,00, referente à transação descrita no item VIII, integrando o valor total do Ativo Financeiro.
-
5. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, a transação descrita no item
- (A) VIII origina um ativo, definido como créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
 - (B) V origina um passivo em dezembro de 2024, definido como uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade pública.
 - (C) VIII origina um ativo não circulante em 13/11/2024, desde que a propriedade legal do terreno seja transferida para a entidade pública nessa data.
 - (D) IV origina uma receita que corresponde a um aumento na situação patrimonial líquida da entidade pública não oriundo de contribuição dos proprietários.
 - (E) IX origina um ativo, definido como um item, com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos, controlado no presente como resultado de evento passado.
-
6. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, (i) a apropriação mensal em maio de 2025, de acordo com o regime de competência (patrimonial), de 13º salário dos servidores de uma entidade pública, cuja execução orçamentária da despesa para o pagamento do 13º salário deve ocorrer nos meses de novembro e dezembro de 2025; e (ii) a baixa, em maio de 2025, de provisão para riscos trabalhistas reconhecida em fevereiro de 2021 pelo valor total de R\$ 154.000,00 e registro do passivo correspondente pelo valor total de R\$ 162.000,00, originam, em maio de 2025, respectivamente,
- (A) uma provisão e uma variação patrimonial qualitativa.
 - (B) um passivo permanente e uma variação patrimonial quantitativa.
 - (C) um passivo permanente e um passivo financeiro.
 - (D) uma provisão e uma variação patrimonial diminutiva.
 - (E) uma provisão e um passivo permanente.

Atenção: Considere as transações descritas nos itens a seguir, que foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e se referem ao mês de janeiro de 2025 para responder às questões de números 7 a 9.

- I. Apropriação mensal, de acordo com o regime de competência (patrimonial), de seguro pelo valor total de R\$ 29.000,00. O seguro foi contratado em agosto de 2024, pelo valor total de R\$ 348.000,00, com vigência de 12 meses. A execução orçamentária para a contratação do seguro ocorreu integralmente em agosto de 2024.
 - II. Aquisição de um terreno pelo valor total de R\$ 680.000,00. No terreno será construída uma escola de educação infantil, com início das obras previsto para maio de 2025. A execução orçamentária para a aquisição ocorreu integralmente em janeiro de 2025.
 - III. Distribuição gratuita de produtos de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os produtos estavam registrados no estoque da entidade pública pelo valor total de R\$ 6.000,00.
 - IV. Empenho de despesa com aquisição de veículos escolares pelo valor total de R\$ 320.000,00. Os veículos foram recebidos pela entidade pública em fevereiro de 2025 e a despesa foi integralmente liquidada e paga neste mesmo mês.
 - V. Empenho e liquidação de despesa com pessoal ativo pelo valor total de R\$ 2.810.000,00. A despesa corresponde a vencimentos e vantagens fixas dos servidores da entidade pública que prestam serviços à população e o fato gerador da despesa, de acordo com o regime de competência (patrimonial), ocorreu em janeiro de 2025. A despesa foi integralmente paga em fevereiro de 2025.
 - VI. Recebimento de 500 livros escolares, em 15/01/2025, adquiridos para serem gratuitamente distribuídos no âmbito de um projeto social. A emissão da nota de empenho para a aquisição dos livros ocorreu em dezembro de 2024 pelo valor total de R\$ 12.500,00 e a liquidação e o pagamento ocorreram, respectivamente, em 16/01/2025 e 30/01/2025, pelo valor total empenhado em dezembro de 2024. A distribuição dos livros ocorreu integralmente em março de 2025.
7. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tem-se variações patrimoniais quantitativas no mês de janeiro de 2025 a partir das transações descritas, APENAS, no(s) item(itens):
- (A) III e IV.
 - (B) I e V.
 - (C) I, III e V.
 - (D) I.
 - (E) II, V e VI.



8. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, utilizam-se, no mês de janeiro de 2025, contas contábeis das classes
- (A) 1 e 2 para o registro contábil da transação descrita no item IV.
 - (B) 2, 3, 6 e 8 para o registro contábil da transação descrita no item VI.
 - (C) 2 e 3 para o registro contábil da transação descrita no item I.
 - (D) 2, 3, 6 e 8 para o registro contábil da transação descrita no item V.
 - (E) 1, 4, 6 e 8 para o registro contábil da transação descrita no item II.
-
9. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor referente à transação descrita no item VI deve integrar o saldo exposto como
- (A) Passivo Circulante no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2024.
 - (B) Passivo Permanente no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de 31/12/2024.
 - (C) Despesa Paga no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2025.
 - (D) Despesa Orçamentária e Pagamento Extraorçamentário no Balanço Financeiro referente ao ano de 2025.
 - (E) Despesa Orçamentária e Recebimento Extraorçamentário no Balanço Financeiro referente ao ano de 2024.
-
10. De acordo com a NBC TSP 06, uma secretaria de habitação deve classificar como propriedade para investimento
- (A) edificações em construção por conta de terceiros que serão futuramente vendidas no curso normal das operações da secretaria.
 - (B) edifícios que estejam desocupados, mas mantidos para serem arrendados sob arrendamento mercantil operacional com fins comerciais a terceiros.
 - (C) terrenos mantidos para uso futuro ainda não definido e habitações mantidas para venda rotineira no curso normal de suas operações.
 - (D) habitações em construção sob responsabilidade da própria secretaria que serão futuramente vendidas no curso normal de suas operações.
 - (E) habitações mantidas para fornecer moradia para famílias em situação de vulnerabilidade financeira por aluguéis com preço abaixo do mercado.
-
11. De acordo com a NBC TSP 04, o custo de estoque de
- (A) medicamentos danificados e conseqüentemente sem potencial de serviço deve ter o seu valor ajustado por meio de uma provisão para perdas que deve ser reconhecida diretamente no resultado patrimonial.
 - (B) equipamentos médicos sob encomenda que não são normalmente intercambiáveis deve ser atribuído pelo uso do critério último a entrar, primeiro a sair ou pelo critério do custo médio ponderado.
 - (C) materiais recebidos, em novembro de 2024, por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado no seu reconhecimento inicial pelo custo que a entidade recebedora incorreria para adquirir esses materiais em 31/12/2024.
 - (D) alimentos mantidos para consumo no processo de produção de merenda escolar a ser distribuída gratuitamente deve ser mensurado pelo menor valor entre o custo ou custo corrente de reposição.
 - (E) material de construção para reparos em edificações deve integrar o preço de compra, os tributos recuperáveis e os não recuperáveis e os gastos com transporte, manuseio, seguro, armazenamento e comercialização.
-
12. O valor contábil, em 28/02/2025, de um ativo não gerador de caixa registrado no ativo imobilizado de uma entidade pública era de R\$ 860.000,00. Nessa data, constatou-se que o valor justo, o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso do ativo eram de R\$ 858.000,00, R\$ 850.000,00 e R\$ 855.000,00, respectivamente.
- De acordo com a NBC TSP 09, deve-se registrar, em 28/02/2025, uma perda por redução ao valor recuperável do ativo pelo valor total de
- (A) R\$ 2.000,00, sendo que ela substitui o reconhecimento sistemático da depreciação.
 - (B) R\$ 10.000,00, sendo que ela reflete o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla.
 - (C) R\$ 5.000,00, sendo que ela poderá ser revertida quando determinadas exigências forem atendidas.
 - (D) R\$ 5.000,00, sendo que ela substitui o reconhecimento sistemático da depreciação.
 - (E) R\$ 2.000,00, sendo que ela não poderá ser revertida em períodos futuros.



Atenção: Considere as seguintes informações para responder às questões de números 13 e 14.

Uma entidade pública adquiriu, em 01/06/2023, uma máquina destinada ao fornecimento de serviços públicos de saúde à população. Nessa data, o preço de compra, os tributos não recuperáveis e os custos diretamente atribuíveis para colocar a máquina no local e em condições necessárias para ela operar conforme a intenção da administração foram, respectivamente, R\$ 310.000,00, R\$ 34.000,00 e R\$ 12.000,00.

A máquina foi disponibilizada para uso no local e nas condições pretendidas pela administração em 01/08/2023. Nesta data, o seu valor residual foi estimado em R\$ 110.000,00 e a sua vida útil em 20 anos e a entidade estabeleceu que a depreciação seria efetuada pelo método linear.

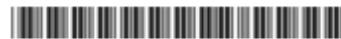
13. De acordo com a NBC TSP 07,
- (A) a depreciação acumulada da máquina em 31/12/2024 era R\$ 12.300,00.
 - (B) o valor contábil da máquina em 31/12/2023 era R\$ 246.000,00.
 - (C) o valor contábil da máquina em 31/12/2023 era R\$ 356.000,00.
 - (D) o valor contábil da máquina em 31/12/2023 era R\$ 310.000,00.
 - (E) a depreciação acumulada da máquina em 31/12/2023 era R\$ 5.125,00.
-
14. De acordo com a NBC TSP 07, o valor depreciável da máquina em 31/12/2023 era
- (A) R\$ 246.000,00
 - (B) R\$ 212.000,00
 - (C) R\$ 310.000,00
 - (D) R\$ 200.000,00
 - (E) R\$ 234.000,00
-
15. De acordo com a NBC TSP 26, uma entidade pública deve classificar como ativo biológico
- (A) árvores frutíferas mantidas para a colheita de frutas que serão distribuídas gratuitamente como parte de merenda escolar.
 - (B) fio de algodão resultante do processamento de algodão cultivado pela própria entidade para fins comerciais.
 - (C) árvores abatidas destinadas ao processamento em madeira serrada que será utilizada para a construção de habitações.
 - (D) terras destinadas ao cultivo de árvores que serão processadas em madeiras para a construção de casas após o abate.
 - (E) plantas e arbustos utilizados em atividades de pesquisa para o desenvolvimento de novos medicamentos.

Administração Financeira e Orçamentária

16. Considerando a classificação relativa a receitas públicas e outras entradas de recursos aos cofres públicos, as denominadas receitas extraorçamentárias
- (A) são geradas a partir da alienação de ativos, sendo vedada a aplicação em despesas de pessoal e custeio em geral.
 - (B) correspondem à liquidação de créditos financeiros e não tributários, sendo destinadas à cobertura do serviço da dívida e pagamento de juros.
 - (C) devem ser utilizadas para fazer frente ao pagamento de restos a pagar gerados e cancelados no Orçamento do exercício em curso.
 - (D) transitam pelo caixa do Tesouro, sendo objeto de lançamento contábil, porém não são passíveis de utilização para suportar despesas públicas previstas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) são aquelas provenientes do excesso de arrecadação em relação às previsões constantes da Lei Orçamentária Anual.
-
17. O Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública,
- (A) constitui quadro específico da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no qual é projetada a expectativa de arrecadação para os próximos 2 exercícios, líquida da parcela relativa às transferências obrigatórias.
 - (B) integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias e contempla, entre outros elementos, demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes.
 - (C) constitui elemento de instrução obrigatório para a apresentação da Proposta de Lei Orçamentária Anual e deve conter a indicação, para o período compreendido no mandato do Chefe do Executivo, de potenciais déficits do regime próprio de previdência do ente.
 - (D) é parte integrante do Plano Plurianual (PPA) e é composto por diferentes elementos, entre os quais a estimativa e as medidas de compensação da renúncia de receita para os 4 anos de vigência do PPA.
 - (E) instrui a Lei Orçamentária Anual e deve indicar, para o exercício em curso e para o seguinte, evolução do patrimônio líquido, incluindo a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.



18. Entre os elementos que devem integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, inclui-se(incluem-se)
- (A) o anexo contendo o Plano de Pagamentos de Precatórios e das Obrigações de Pequeno Valor para os próximos 4 exercícios.
 - (B) as metas de desempenho das empresas públicas e sociedades de economia mista e o limite de subvenção destinado às empresas dependentes no exercício subsequente.
 - (C) o limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com despesas associadas ao regime de previdência dos servidores.
 - (D) o Relatório de Evolução da Dívida Pública, contendo a trajetória e as projeções de redução ou crescimento do serviço da dívida e dos juros para, no mínimo, os próximos 3 exercícios.
 - (E) o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
-
19. A reserva de contingência, que integra a Lei Orçamentária Anual, fixada como um percentual de receita corrente líquida
- (A) por ser constituída com receitas provenientes de alienação de ativos, não pode ser destinada à cobertura de despesas de custeio e pessoal.
 - (B) depende, para sua efetiva constituição, da existência de superávit orçamentário e financeiro no exercício correspondente.
 - (C) destina-se à cobertura de despesas decorrentes da materialização de passivos contingentes previstos em anexo próprio que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) somente pode ser utilizada na hipótese de não atingimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais.
 - (E) destina-se especificamente à cobertura de déficit atuarial do regime próprio de previdência dos servidores do ente.
-
20. Entre as diferentes classificações de receitas públicas, a divisão entre receitas originárias e derivadas leva em conta
- (A) a presença do poder de império do Estado na obtenção de receitas derivadas, decorrentes da tributação do patrimônio privado.
 - (B) o caráter autônomo das originárias e o caráter dependente das derivadas, estas últimas que decorrem da exploração do patrimônio público.
 - (C) a destinação, eis que as originárias devem ser aplicadas apenas em investimentos e inversões financeiras, o que pressupõe acréscimo no balanço patrimonial.
 - (D) a previsibilidade, dado que apenas as originárias constam como dotações previstas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) a origem, dado que as derivadas correspondem aos juros e outros rendimentos sobre aplicações das receitas originárias (disponibilidades de caixa).
-
21. De acordo com a conceituação apresentada pela doutrina para apresentar os diferentes tipos ou espécies de orçamento público, o denominado orçamento base zero pressupõe
- (A) ausência de subvenções econômicas para o setor privado e de medidas de renúncia fiscal que possam impactar a arrecadação.
 - (B) a adequação às metas previstas no Plano Plurianual, o que não ocorre quando adotado o orçamento tradicional ou o orçamento-desempenho.
 - (C) o compromisso de eliminação de déficit até o final da execução orçamentária correspondente ao orçamento aprovado.
 - (D) ausência de planejamento, pois não segue as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) que todas as despesas e investimentos devem ser justificados, sem considerar o que foi gasto no ano anterior.
-
22. O princípio da especialização ou da discriminação que informa os orçamentos públicos predica
- (A) que todas as receitas previstas e as despesas consignadas ou autorizadas na Lei Orçamentária Anual devem estar discriminadas, por categoria econômica, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) que apenas as despesas relativas a projetos ou programas previstos no Plano Plurianual devem ser discriminadas por elementos, sendo as demais discriminadas, no mínimo, por categoria econômica.
 - (C) que as receitas devem ser discriminadas por fonte, sendo vedada a aplicação de receitas correntes em despesas de capital, salvo quando houver excesso de arrecadação suficiente para caracterizar superávit financeiro.
 - (D) que a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos, admitindo-se, contudo, dotações globais, classificadas como despesas de capital, para custear Programas Especiais de Trabalho.
 - (E) a obrigatoriedade de indicação da fonte específica e individualizada das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, salvo quando se tratar de despesas de caráter obrigatório.
-
23. O Plano Plurianual constitui um dos pilares do planejamento orçamentário e, conforme disciplina estabelecida na Constituição da República, deve contemplar, entre outros elementos,
- (A) a fixação de limites de despesas com pessoal e de custeio em geral para o ente, bem assim o estabelecimento de medidas de recondução no caso de extrapolação de tais limites.
 - (B) as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (C) o cronograma de investimentos em projetos prioritários e das dotações necessárias para a correspondente execução.
 - (D) a fixação dos limites de endividamento do ente e autorizações para operações de crédito cujos recursos sejam destinados a programas de duração continuada.
 - (E) a previsão de medidas de compensação para a concessão de benefícios que importem renúncia fiscal com efeitos na projeção de receitas de mais de dois exercícios.



24. Tendo em vista as fases da execução da despesa pública e o princípio orçamentário da anualidade, uma despesa que tenha sido empenhada e liquidada em determinado exercício, porém não paga até o final do referido exercício,
- (A) deverá ser objeto de nova liquidação no exercício subsequente e onerará dotação específica do exercício em que ocorrer o pagamento.
 - (B) deverá ser inscrita em restos a pagar, caracterizados como restos a pagar processados, subsistindo a obrigação de pagamento pela Administração no exercício seguinte.
 - (C) caracteriza despesa extraorçamentária no exercício do empenho e orçamentária no exercício que ocorrer o pagamento.
 - (D) deve ser anulada, eis que vedado qualquer diferimento das etapas da execução de despesa pública para exercício seguinte.
 - (E) constitui hipótese de restos a pagar não processados, os quais devem ser cancelados, salvo se verificada disponibilidade de caixa para seu pagamento.
-
25. As denominadas despesas obrigatórias de caráter continuado, enquanto categoria específica disciplinada pela legislação de regência,
- (A) correspondem àquelas de natureza inercial, que independem de ato específico, tais como os juros e encargos financeiros sobre obrigações já constituídas em exercícios precedentes.
 - (B) não podem ser geradas no último exercício do mandato do Chefe do Executivo, salvo se houver suficiência de caixa para a correspondente cobertura nos próximos 2 exercícios.
 - (C) correspondem à despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (D) somente podem ser criadas por lei em sentido formal, não podendo ser geradas por ato infralegal sob pena de crime de responsabilidade para o agente público que der causa à sua geração.
 - (E) consistem nos gastos públicos, de custeio ou de capital, previstos na Constituição Federal, como o percentual mínimo de aplicação da receita corrente líquida em despesas com saúde e educação.
-
26. Como decorrência do Princípio da Não-Afetação, um dos princípios orçamentários presentes em nosso ordenamento jurídico, VEDA-SE(VEDAM-SE)
- (A) o oferecimento de receitas tributárias, de qualquer natureza, como garantia de pagamento de contraprestação pública.
 - (B) as operações de securitização ou antecipação de receita orçamentária, salvo se relativas a receitas não tributárias.
 - (C) a vinculação de produto de impostos a fundo ou despesa, sendo admissível, contudo, a vinculação em garantia à União.
 - (D) a criação de fundos especiais, com taxas ou contribuições vinculadas a determinada finalidade, salvo aquelas expressamente previstas na Constituição Federal.
 - (E) a fixação de taxas para cobertura de despesas relativas ao exercício de poder de polícia ou prestação individualizada de serviço público.
-
27. De acordo com a disciplina estabelecida na legislação de regência em relação à classificação, constitui exemplo de despesa classificada como transferência corrente:
- (A) Subvenção econômica, autorizada por lei para cobertura de déficit operacional de entidade com fins lucrativos.
 - (B) Inversões financeiras decorrentes de aportes de capital em bens reversíveis no âmbito de concessões ou parcerias público-privadas.
 - (C) Pagamentos realizados para locações ou aquisição de imóveis destinados a instalações públicas.
 - (D) Amortização da dívida pública, com pagamento do principal de operação de crédito e dos juros correspondentes.
 - (E) Subscrição em aumentos de capitais deliberados por empresas públicas ou sociedades de economia mista.
-
28. Considere que determinada ação governamental que demande a realização de despesa pública não conte com dotação prevista na Lei Orçamentária Anual, de forma que a sua realização dependa da abertura de um crédito adicional. Tal crédito poderá ser
- (A) extraordinário, em se tratando de despesa imprevista, dispensando-se a edição de lei, sendo necessária, contudo, a indicação de fonte de custeio.
 - (B) suplementar ou especial, a depender da natureza da despesa, sendo o primeiro destinado a despesas de custeio e o segundo a despesas de capital.
 - (C) especial, o qual demanda autorização legal e comprovação da existência de superávit como única fonte viável para cobertura da despesa.
 - (D) suplementar, quando seja necessário apenas aumentar o valor de dotação insuficiente, o que pode ser feito por decreto do Chefe do Executivo.
 - (E) extraordinário, caso presente situação de calamidade pública e se trate de despesa urgente e imprevista, prescindido de lei e de indicação de fonte.



29. Considere que a Administração tenha reconhecido, administrativamente, o direito de determinado prestador de serviços à majoração dos pagamentos relativos aos últimos 12 meses, o que inclui parcelas relativas ao exercício já encerrado (2024). As despesas incorridas com o pagamento, no exercício em curso (2025), dos valores relativos às diferenças devidas no exercício de 2024 são classificadas como:
- (A) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), a qual somente poderá ser paga se tiver ocorrido a correspondente liquidação no exercício de 2024.
 - (B) Despesas Extraorçamentárias, devendo onerar dotação específica do orçamento de 2025, independentemente de eventual empenho em 2024.
 - (C) Restos a Pagar não processados, constituindo despesa extraorçamentária do exercício de 2024.
 - (D) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), que diferem de Restos a Pagar pelo fato de não ter havido empenho no exercício anterior.
 - (E) Restos a Pagar processados, constituindo despesa orçamentária do exercício de 2024 e receita orçamentária de 2025.
30. No curso da execução orçamentária, caso verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais,
- (A) impõe-se a todos os Poderes e ao Ministério Público, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) ficam proibidas transferências voluntárias e suspensas as transferências obrigatórias, até que a realização da receita retorne aos patamares previstos na Lei Orçamentária Anual, não sendo atingidas pelo contingenciamento as transferências decorrentes de emendas impositivas.
 - (C) o Poder Executivo deve proceder à limitação de empenho e de movimentação financeira (contingenciamento) no percentual estimado no Relatório Bimestral, sendo tal medida cogente para o Poder Executivo e meramente indicativa para os demais poderes.
 - (D) fica autorizado, em caráter discricionário, o contingenciamento das dotações correspondentes às despesas não discricionárias, em percentual suficiente para fazer frente à frustração de receita estimada para o quadrimestre subsequente.
 - (E) fica autorizada a realização de operação de antecipação de receita orçamentária, independentemente de lei específica, até o montante necessário para fazer frente à estimativa de frustração de receita relativa ao exercício orçamentário em curso.

Contabilidade Geral

Atenção: Para responder às questões de números 31 e 32 utilize as informações a seguir:

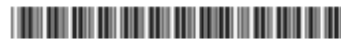
Em 02/12/2022, a empresa Compra e Venda S.A. adquiriu determinada mercadoria para revenda e pagou, à vista, os seguintes valores:

- Para o fornecedor das mercadorias: R\$ 300.000,00.
- Para a empresa que transportou as mercadorias do depósito do fornecedor até seu depósito: R\$ 20.000,00.

O valor total dos tributos recuperáveis incluídos nos valores pagos foi R\$ 40.000,00.

Em 22/12/2022, a empresa vendeu 80% das mercadorias que haviam sido adquiridas e pagou R\$ 30.000,00 para a transportadora que fez a entrega das mercadorias vendidas.

31. O saldo contábil da conta Estoques, após a venda e entrega das mercadorias vendidas, registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação às mercadorias citadas, era
- (A) R\$ 52.000,00
 - (B) R\$ 60.000,00
 - (C) R\$ 64.000,00
 - (D) R\$ 56.000,00
 - (E) R\$ 62.000,00
32. O valor do Custo das Mercadorias Vendidas registrado no resultado de 2022 da empresa Compra e Venda S.A., especificamente em relação à venda das mercadorias citadas, foi
- (A) R\$ 248.000,00
 - (B) R\$ 208.000,00
 - (C) R\$ 240.000,00
 - (D) R\$ 256.000,00
 - (E) R\$ 224.000,00



Atenção: Para responder às questões de números 33 e 34 utilize as informações a seguir:

No dia 01/12/2024, a empresa Rentabilizando S.A. realizou duas aplicações em ativos financeiros, cujos valores e as respectivas classificações feitas pela empresa foram as seguintes:

- R\$ 400.000,00 são mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 300.000,00 são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As duas aplicações remuneravam à mesma taxa de juros de 0,8% ao mês.

Os valores justos dos títulos, em 31/12/2024, eram os seguintes:

- R\$ 408.000,00 para os títulos mensurados ao custo amortizado.
- R\$ 306.000,00 para os títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

33. O valor total registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 da empresa Rentabilizando S.A., especificamente em relação às duas aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024, foi

- (A) R\$ 709.200,00
- (B) R\$ 700.000,00
- (C) R\$ 705.600,00
- (D) R\$ 714.000,00
- (E) R\$ 710.400,00

34. Na Demonstração do Resultado do ano de 2024 da empresa Rentabilizando S.A., o valor total registrado, especificamente em relação às duas aplicações financeiras realizadas em 01/12/2024, foi

- (A) R\$ 9.200,00
- (B) R\$ 5.600,00
- (C) R\$ 19.600,00
- (D) R\$ 14.000,00
- (E) R\$ 10.400,00

35. A empresa Investidora S.A. possui 80% das ações da empresa Dependente S.A. e detém o seu controle. O investimento é avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial e estava registrado em 31/12/2020 no Balanço Patrimonial da Investidora S.A. pelo valor de R\$ 40.000.000,00.

No período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a empresa Dependente S.A. reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido apurado em 2021: R\$ 5.000.000,00
- Pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado em 2020: R\$ 1.200.000,00
- Proposta de dividendos referentes ao ano de 2021: R\$ 2.000.000,00

Se, à época da aquisição do investimento, não houve pagamento de ágio nem ganho por compra vantajosa, o valor líquido evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2021 da empresa Investidora S.A., referente à sua participação na empresa Dependente S.A., foi

- (A) R\$ 3.040.000,00
- (B) R\$ 1.440.000,00
- (C) R\$ 5.000.000,00
- (D) R\$ 2.400.000,00
- (E) R\$ 4.000.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 36 e 37 utilize as informações a seguir:

Um equipamento foi adquirido pela empresa Produtora Integral S.A. para uso na sua atividade e entrou em operação no dia 01/07/2022. A empresa pagou, à vista, os seguintes valores para dispor do equipamento nas condições de uso estabelecidas:

- Pagamento ao fornecedor do equipamento R\$ 1.400.000,00
- Gastos com instalação e customização do equipamento R\$ 760.000,00

A vida útil do equipamento foi definida pela empresa em 8 anos e o valor residual esperado para sua venda foi estimado, no final do prazo de vida útil, em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para a determinação da despesa de depreciação e a vida útil do equipamento para fins fiscais é 10 anos. Não foi identificado, até 31/12/2023, a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

36. O saldo contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da Produtora Integral S.A. foi

- (A) R\$ 1.836.000,00
- (B) R\$ 1.212.500,00
- (C) R\$ 1.250.000,00
- (D) R\$ 1.830.000,00
- (E) R\$ 1.755.000,00



37. O valor da despesa de depreciação registrado pela empresa Produtora Integral S.A. no resultado de 2023 foi
- (A) R\$ 220.000,00
 - (B) R\$ 100.000,00
 - (C) R\$ 125.000,00
 - (D) R\$ 216.000,00
 - (E) R\$ 270.000,00

Atenção: Para responder às questões de números 38 e 39 utilize as informações a seguir:

Um ativo intangível, com vida útil definida em 20 anos, estava apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2021 da empresa Só Aparência S.A. com os seguintes valores:

Custo de aquisição	5.000.000,00
(-) Amortização acumulada	(1.125.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	3.875.000,00

Para a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de *impairment*) em 31/12/2022, a empresa obteve as seguintes informações sobre esse ativo intangível, com os valores expressos em reais:

- Valor em uso	3.500.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda	3.300.000,00

38. O valor total registrado pela empresa Só Aparência S.A. no resultado de 2022 relacionado com o ativo intangível foi
- (A) R\$ 375.000,00
 - (B) R\$ 1.125.000,00
 - (C) R\$ 250.000,00
 - (D) R\$ 575.000,00
 - (E) R\$ 125.000,00

39. O valor contábil líquido apresentado para esse ativo intangível pela empresa Só Aparência S.A., no Balanço Patrimonial de 31/12/2022, foi
- (A) R\$ 3.875.000,00
 - (B) R\$ 2.750.000,00
 - (C) R\$ 3.500.000,00
 - (D) R\$ 3.625.000,00
 - (E) R\$ 3.300.000,00

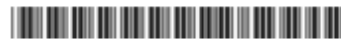
40. Um empréstimo, com as características apresentadas a seguir, foi obtido pela empresa Endividada S.A.:

- Data da obtenção do empréstimo	30/11/2020
- Valor bruto do empréstimo	R\$ 50.000.000,00
- Prazo total do contrato	8 anos
- Taxa de juros compostos contratada	0,95% ao mês
- Forma de pagamento	parcelas mensais de mesmo valor
- Valor das parcelas mensais	R\$ 796.249,10
- Valor dos custos de transação incorridos	R\$ 1.008.621,87

Os custos de transação foram pagos na data de início do contrato e a taxa de custo efetivo do empréstimo foi 1% ao mês.

Em relação a esse empréstimo é correto afirmar que:

- (A) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 500.000,00.
- (B) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 796.249,10.
- (C) o saldo total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 48.685.042,81.
- (D) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2020 foi R\$ 475.000,00.
- (E) o saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2020 foi R\$ 49.703.750,90.

**Direito Financeiro**

41. No decorrer do ano civil, com a execução do orçamento sendo realizada, a gestão do Ente público deve ficar atenta, entre outras coisas, ao fluxo de caixa e à escrituração dos eventos relativos ao exercício financeiro em andamento. Conforme a Lei nº 4.320/1964, a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta referida lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários,
- (A) inscritos ou não em dívida ativa, a pessoa jurídica de direito privado ou a fundo de investimento regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
 - (B) sendo que a operação deve ser contabilizada como adiantamento de receitas futuras, por não se tratar de venda definitiva de ativos.
 - (C) desde que já inscritos em dívida ativa, para outra pessoa jurídica de direito público, apenas se a finalidade for solver dívida vencida e exigível, do cedente para com o comprador.
 - (D) apenas se previamente inscritos em dívida pública, assegurando ao adquirente a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos cedidos e dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos.
 - (E) de forma que, após a cessão, o crédito cedido venha a ter a natureza de crédito privado, estando sujeito às regras de cobrança, atualização, juros e penalidades previstas no Código Civil.
-
42. A União, os Estados e os Municípios estão sujeitos aos controles orçamentários e à apresentação de balanços. Conforme a Lei nº 4.320/1964, que trata de normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços de entes públicos, a despesa será classificada nas categorias econômicas de
- (A) despesas de custeio e despesas de investimento, sendo que as últimas se desdobram em inversões financeiras e transferências de capital.
 - (B) despesas correntes e despesas de capital, sendo que as últimas se desdobram em investimento, inversões financeiras e transferências de capital.
 - (C) curto prazo, médio prazo e longo prazo, sendo que as últimas devem ser exigíveis a partir de quatro anos do término do exercício financeiro.
 - (D) despesas correntes e despesas de investimentos, sendo que estas últimas se desdobram em juros incorridos, juros acumulados, despesas de transação e depreciação.
 - (E) despesas flexíveis e despesas não flexíveis, sendo que as últimas se desdobram em pessoal, aposentados, juros e dívidas financeiras e contratuais a pagar.
-
43. A Lei do Orçamento da União, Estado ou Município deve conter a discriminação da receita e da despesa do ente. Conforme a Lei nº 4.320/1964, a despesa será classificada como despesa de capital, na categoria econômica de investimento, quando se tratar de
- (A) inversão financeira em outras pessoas de direito público, para que estas realizem investimentos previstos em lei ou para amortizar dívida.
 - (B) aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital da empresa.
 - (C) dotações para manutenção, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - (D) dotação para planejamento de obras, bem como para o aumento de capital de empresas sem caráter comercial ou financeiro.
 - (E) aquisição de imóveis urbanos já em utilização pelo ente público.
-
44. A elaboração do orçamento é uma etapa importante para a gestão financeira dos entes públicos. Após esta etapa, tendo sido o orçamento aprovado, outra etapa importante na gestão das contas públicas é a da execução do orçamento. Conforme a Lei nº 4.320/1964, o pagamento da despesa pública
- (A) deve ser seguido pela regular liquidação da despesa, que consiste em formalizar a extinção do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos que deram base ao respectivo crédito.
 - (B) pode ser feito sem a emissão de nota de empenho, sendo vedado, todavia, o empenho global de despesas contratuais, cujo pagamento possa ser feito em parcelas.
 - (C) deve resultar na emissão de nota de empenho, que representa o ato emanado de autoridade competente para formalizar a liquidação da obrigação de pagamento pendente.
 - (D) será efetuado após o empenho da respectiva despesa, por ato emanado de autoridade competente, e, após o pagamento ser efetuado, será realizada a liquidação da despesa.
 - (E) só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
-
45. No âmbito da elaboração do orçamento, a Lei nº 4.320/1964 prevê que a receita pública será classificada na categoria econômica de:
- (A) receita corrente, quando se tratar de receitas tributárias do exercício corrente e provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - (B) receita de capital, quando se tratar de valor decorrente de tributação sobre investimentos, como, por exemplo, as receitas de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
 - (C) receita corrente ou de receita de capital, conforme o caso, sendo que, dentre as receitas de capital, encontram-se aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - (D) receita operacional ou receita de capital, sendo que a primeira abrange os valores provenientes de arrecadação tributária em geral e os provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - (E) receita de capital, quando se tratar de valor recebido em decorrência de sucesso na cobrança de dívida ativa, no caso de a inscrição do débito ter ocorrido em exercício anterior.



46. A Lei Complementar nº 101/2000, que se refere à transparência na gestão fiscal, prevê especificamente
- (A) que a transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
 - (B) que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Congresso Nacional e aos Tribunais de Contas, mensalmente, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas, interna e externa, que deverá ser de livre acesso à população por meio digital, inclusive a relação dos credores.
 - (C) que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão setorial de contabilistas do Brasil, nos mesmos padrões e regras dos aplicáveis às empresas abertas listadas em bolsas de valores.
 - (D) que deve ser liberado o conhecimento e acompanhamento para a sociedade, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira; e que, quanto à receita, os dados de recebimento e recebíveis, por pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no Brasil.
 - (E) o acesso, em tempo real, e que, quanto à despesa, todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, inclusive quanto ao pagamento a pessoas físicas, por CPF e por local de residência (CEP), de pensões, benefícios, ajuda de custo, bolsa família e assistência social.
-
47. Os fluxos financeiros dos entes públicos estão sujeitos a controles e devem ser classificados, escriturados e demonstrados pelos gestores, na forma prevista em lei. Para fins do disposto na Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, entende-se por transferência voluntária
- (A) a entrega de recursos não vinculados a qualquer finalidade específica, para Estado ou Município, para cobrir necessidades de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas neles residentes.
 - (B) a que decorre de liberalidade do gestor público, no caso de existência de superávit orçamentário no exercício em curso, para reduzir sobra de caixa, destinada a pessoas de baixa renda, residentes no Estado ou no Município.
 - (C) a entrega de recursos correntes ou de capital, a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
 - (D) a remessa de recursos financeiros, para outro Estado ou para Município do mesmo Estado, a título de observação de norma constitucional de repartição de produto da arrecadação, sem que a matéria tenha sido objeto de ordem judicial.
 - (E) o pagamento de despesa prevista na lei orçamentária, após a emissão do respectivo precatório ou ordem de empenho.
-
48. A destinação de recursos financeiros por ente público para o setor privado, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) pode ser destinada apenas para pessoas físicas, residentes no Brasil, há pelo menos três anos.
 - (B) pode ter como favorecidas apenas pessoas jurídicas, constituídas há pelo menos dois anos, na forma de sociedade empresária.
 - (C) não pode ser realizada diretamente, nem mesmo se prevista em lei específica, ressalvada a possibilidade de transferência dos valores para organização não governamental, que então poderá destinar os recursos para o setor privado, segundo regras de direito privado.
 - (D) pode ser realizada apenas de forma direta, vedada a interveniência ou intermediação de qualquer tipo, e podendo ser utilizados apenas recursos originados de operações de crédito ou transferências voluntárias recebidas.
 - (E) deverá ser autorizada por lei específica, federal, estadual ou municipal, e também atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentária, e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
-
49. No que se refere à dívida e ao endividamento de ente público, a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que:
- (A) dívida pública mobiliária é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - (B) o montante dos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluído deve ser excluído da dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites relativos a dívidas públicas.
 - (C) no âmbito da União serão excluídos dos informativos relacionados à dívida pública consolidada os montantes referentes à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
 - (D) nos âmbitos estadual e municipal não integram a dívida pública consolidada os montantes relativos às operações de crédito de prazo inferior a dezoito meses.
 - (E) o refinanciamento da dívida mobiliária trata de emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.



50. A Lei Complementar nº 101/2000, que trata de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, seguindo parâmetros previstos da Constituição Federal de 1988, estabelece regras sobre previsão e arrecadação de receitas públicas.

No âmbito de previsão da arrecadação tributária, a referida lei determina especificamente que

- (A) o Poder Executivo deve colocar à disposição dos demais Poderes os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para que eles elaborem as respectivas propostas de receitas e gastos, no prazo de seis meses, e apontem eventuais erros e omissões nos documentos recebidos.
- (B) a concessão de benefício de natureza tributária, que afete negativamente a receita pública de forma relevante, deverá estar acompanhada de estimativa de impacto, abrangendo o exercício em que deva iniciar sua vigência e os quatro seguintes.
- (C) compete ao Poder Legislativo reestimar a receita prevista pelo Poder Executivo se entender que os valores de receitas previstos não são os esperados ou os desejados pela sociedade.
- (D) as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão a inexistência de alterações na legislação, de índice de preços, ou de qualquer outro fator e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos cinco anos.
- (E) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Tecnologia da Informação

51. Uma Analista do Tesouro Estadual foi encarregada de revisar o processo de análise de denúncias fiscais recebidas por um canal eletrônico. A modelagem do processo no padrão BPMN 2.0 inclui os seguintes elementos:

- Um elemento de início indicando o recebimento da denúncia.
- Um *gateway* exclusivo que direciona a denúncia conforme a categoria (tributária ou não tributária).
- Uma atividade de tarefa de usuário para análise por um Analista do Tesouro Estadual.
- Uma atividade de subprocesso para solicitação de documentos complementares ao denunciante.
- Um elemento de fim que representa o encerramento do processo após a conclusão da análise.

Com base nesse cenário, a modelagem correta indicada pela Analista, de acordo com as boas práticas de BPMN, é:

- (A) O subprocesso de solicitação de documentos deve conter um evento intermediário de mensagem acoplado, permitindo que o fluxo aguarde a resposta do denunciante antes de prosseguir, mantendo-o sincronizado com eventos externos.
- (B) O elemento de início do processo deve ser modelado como um evento de *timer*, pois é necessário que haja um tempo estimado como principal gatilho para se iniciar a análise.
- (C) O *gateway* exclusivo pode ser substituído por um *gateway* paralelo, pois a execução de múltiplas categorias simultaneamente garante mais agilidade ao processo.
- (D) A tarefa de usuário deve ser modelada como um evento de envio de mensagem, já que envolve uma interação entre um Analista e o sistema de denúncias.
- (E) O elemento de fim deve ser do tipo mensagem, pois o encerramento do processo depende da comunicação com o denunciante.

52. A equipe de melhoria contínua de uma Secretaria da Fazenda propôs a aplicação de técnicas modernas de análise de processos, com foco em *Value Stream Mapping* (VSM) e Six Sigma, visando à otimização de fluxos e à elevação da qualidade do trabalho de fiscalização. A abordagem que representa corretamente uma aplicação eficaz dessas técnicas na Secretaria é:

- (A) Aplicar o VSM para identificar oportunidades de melhoria, dispensando medições reais e análises quantitativas sobre os dados já coletados, uma vez que o mapeamento visual já permite definir as ações de otimização do processo fiscal.
- (B) Usar Six Sigma quando os resultados desejados puderem ser expressos em métricas financeiras, visto que a metodologia se baseia prioritariamente na eliminação de desperdícios financeiros e não operacionais.
- (C) Implementar o VSM apenas nas etapas que envolvem sistemas automatizados, pois a técnica não é eficaz na visualização de fluxos manuais, o que dificultaria o mapeamento completo do processo fiscal.
- (D) Utilizar o VSM para identificar etapas sem valor agregado no fluxo de fiscalização e aplicar Six Sigma para reduzir a variação dos processos críticos, assegurando entregas mais consistentes e com menor índice de erro.
- (E) Priorizar a aplicação de Six Sigma nos processos de auditoria eletrônica, dado que seu foco estatístico é ineficiente quando aplicado a processos administrativos ou baseados em atividades humanas.



53. Em um projeto de desenvolvimento de um sistema de gestão de créditos tributários em uma Secretaria da Fazenda, os analistas optaram por aplicar práticas ágeis envolvendo SAFe – *Scaled Agile Framework*, *Scrum* e *Kanban*. No
- Kanban, a principal prática para lidar com demandas não planejadas em ambientes de alta variabilidade é a priorização semanal de tarefas, estruturada por papéis e eventos formais, semelhantes ao *Sprint Planning* do *Scrum*.
 - Scrum, o conceito de *Program Increment (PI)* é aplicado para organizar o *Product Backlog* em entregas fixas trimestrais, com definição de escopo flexível e aceitação formal em cada ciclo.
 - SAFe, o sincronismo entre múltiplas equipes é realizado por meio de eventos como o *PI Planning*, que permite o planejamento colaborativo em ciclos programados, alinhando a entrega de valor em grande escala.
 - Scrum, o Kanban Board é um artefato utilizado para garantir controle detalhado do fluxo de trabalho individual dos membros da equipe, podendo substituir o uso do *Product Backlog*.
 - SAFe, o Scrum Master é responsável por definir tecnicamente os incrementos de produto e tomar decisões de arquitetura, devido à sua visão de governança ágil centralizada.

54. Considere, por hipótese, que durante a elaboração do plano de testes do sistema de Acompanhamento de Autos de Infração, a equipe de uma Secretaria da Fazenda tenha adotado as decisões abaixo.
- Planejou realizar testes funcionais automatizados para as principais regras de negócio, como geração de autos e emissão de relatórios, integrando-os a um *pipeline* de integração contínua.
 - Decidiu omitir os testes de usabilidade, considerando que os usuários finais já estavam habituados com sistemas internos anteriores semelhantes.
 - Documentou os casos de teste com base em critérios de aceitação definidos em reuniões com *stakeholders* de algumas áreas da Secretaria.
 - Planejou testes de regressão exploratórios a cada nova entrega do sistema, utilizando um conjunto base de funcionalidades críticas.
 - Realizou os testes de homologação em uma única iteração.

Ao analisar essas decisões, um Analista do Tesouro Estadual afirmou corretamente que a

- substituição de testes exploratórios por testes manuais documentados garante maior flexibilidade e menor esforço de planejamento.
- automação dos testes funcionais e sua integração ao *pipeline* de CI/CD garantem rastreabilidade, agilidade e redução de falhas em funcionalidades críticas.
- decisão de excluir os testes de usabilidade com base no perfil dos usuários reduz a complexidade e permite concentrar esforços no desempenho do sistema.
- opção por realizar testes de homologação em uma única iteração garante que a equipe identifique e resolva todos os problemas de maneira mais eficiente, mantendo a qualidade e a confiabilidade do produto final.
- ausência de testes automatizados nas fases finais de entrega evita erros de sobreposição entre testes manuais e automatizados.

55. Durante a modelagem de um sistema de fiscalização tributária, a equipe de analistas identificou a seguinte funcionalidade:

O sistema deve permitir consultar dados de contribuintes a partir do número de inscrição estadual, retornando informações cadastrais, situação fiscal e débitos vinculados.

A equipe técnica mapeou os seguintes elementos:

- A consulta acessa 3 Arquivos Lógicos Internos (ALI)
- A consulta também acessa 2 Arquivos de Interface Externa (AIE)
- A resposta da consulta contém 10 Dados Elementares (DETs – *Data Element Types*)

A funcionalidade foi classificada como do tipo Consulta Externa (CE) segundo o padrão IFPUG. Para calcular sua complexidade, a equipe utilizou a tabela de referência abaixo, na qual FTRs se referem a *Files Type Referenced*.

Tabela de Complexidade – Consulta Externa (CE)

	1 a 5 DETs	6 a 19 DETs	20 ou mais DETs
1 FTR	Baixa (3 PF)	Baixa (3 PF)	Média (4 PF)
2 FTRs	Baixa (3 PF)	Média (4 PF)	Alta (6 PF)
3 ou mais FTRs	Média (4 PF)	Alta (6 PF)	Alta (6 PF)

Com base nas informações fornecidas e utilizando as regras de contagem da Análise de Pontos de Função, a quantidade correta de pontos de função (PF) atribuída a essa funcionalidade de consulta é:

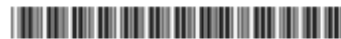
- 6 PF, pois o sistema retorna muitos dados ao usuário e qualquer consulta com mais de 2 arquivos é considerada complexa.
- 3 PF, pois, com 1 FTR e a operação sendo apenas de leitura, sempre resulta em baixa pontuação de PF para consultas externas.
- 3 PF, pois o número de DETs está entre 6 e 19 e a contagem de FTRs é 2, o que classifica a Consulta Externa como de média complexidade.
- 4 PF, pois, com 2 FTRs e o número de DETs não ultrapassando 19, a complexidade não pode ser considerada alta.
- 6 PF, pois há 5 FTRs e 10 DETs, o que classifica a Consulta Externa como de alta complexidade.



56. Uma Secretaria da Fazenda pretende integrar seu sistema de gestão de autos de infração com bases de dados externas para consulta em tempo real de informações cadastrais e fiscais de contribuintes. Para isso, será utilizado um modelo de Web Services com foco em interoperabilidade, segurança e flexibilidade entre plataformas distintas do setor público. A tecnologia ou protocolo mais adequado neste cenário é:
- (A) OAuth 3.0, por ser um protocolo de autenticação recente, baseado em *tokens*, adequado como padrão de comunicação entre sistemas que exigem validação e transformação de dados fiscais.
 - (B) JSON-RPC, por permitir comunicação orientada a objetos em aplicações *web* com suporte a versionamento automático de *endpoints*, provendo uma estrutura robusta e suporte avançado de segurança exigido em ambientes governamentais críticos.
 - (C) HTTP/2, por garantir o encapsulamento de serviços em pacotes binários compactos com priorização automática e por oferecer suporte nativo a padrões de segurança como WS-Security.
 - (D) SOAP 1.2, por oferecer suporte a políticas de segurança, validação por esquema XML, transações e mensagens estruturadas, sendo apropriado a integrações críticas entre sistemas governamentais.
 - (E) gRPC, por utilizar protocolo baseado em Protobuf, os *buffers* de protocolo são legíveis por humanos, ao contrário de uma API REST usada com JSON, o que o torna mais flexível para o cadastro fiscal.
-
57. Uma Secretaria da Fazenda iniciou a modernização de seu sistema legado, originalmente estruturado em uma Arquitetura Orientada a Serviços (SOA), buscando migrar gradualmente para um modelo baseado em microsserviços. Nesse cenário, a
- (A) latência pode aumentar à medida que os microsserviços escalam, já que compartilham recursos de comunicação entre si, o que não ocorre com SOA, que mantém desempenho consistente mesmo com muitos serviços, já que não há competição por recursos.
 - (B) transição de SOA para microsserviços envolve, entre outros desafios, a redistribuição da lógica de negócio em serviços menores e autônomos, favorecendo *deploys* independentes e maior resiliência a falhas.
 - (C) granularidade dos serviços na arquitetura SOA tende a ser maior do que em microsserviços, o que favorece o reuso, mas limita a automação de testes e o versionamento independente.
 - (D) transição de SOA para microsserviços requer o desacoplamento do *Establishment Service Bus* (ESB), substituindo-o por *gateways* centralizados que concentram a lógica de orquestração entre os serviços.
 - (E) adoção de microsserviços torna dispensável o uso de API *Gateways*, visto que cada serviço deve expor sua interface conforme sua lógica local e estas aumentam a exposição a vetores de ataque.
-
58. Com o avanço das aplicações em larga escala e a popularização da computação em nuvem, diferentes tipos de bancos de dados passaram a ser utilizados para atender demandas específicas de estrutura, desempenho e escalabilidade. Nesse cenário, é correto afirmar que
- (A) a escalabilidade horizontal é uma característica típica dos bancos NoSQL em nuvem.
 - (B) todos os bancos em nuvem oferecem consistência forte e bloqueio de escrita simultânea.
 - (C) bancos de dados relacionais não funcionam em nuvem devido à limitação de escalabilidade.
 - (D) bancos NoSQL não podem ser utilizados com dados semi-estruturados.
 - (E) bancos de dados relacionais não possuem suporte a replicação automática na nuvem.
-
59. Uma consultoria tributária mantém um banco de dados com a tabela `impostos`, que registra os valores de impostos pagos por empresas. A estrutura da tabela é apresentada a seguir:
- ```
id_empresa (INT): Identificador único da empresa
nome_empresa (VARCHAR): Nome da empresa
valor_imposto (DECIMAL): Valor do imposto pago
data_pagamento (DATE): Data do pagamento (formato padrão ISO (YYYY-MM-DD))
categoria (VARCHAR): Categoria do imposto (exemplo: "ICMS", "ISS", "IPI")
```
- O contador precisa de um relatório que mostre o total de impostos pagos por categoria em 2024, ordenado pelo valor total de forma decrescente. Considerando que o banco de dados está aberto e em condições ideais, o comando SQL que atende a necessidade do contador é:
- (A) `SELECT categoria, COUNT(valor_imposto) FROM impostos WHERE YEAR(data_pagamento) = 2024 GROUP BY categoria ORDER BY COUNT(valor_imposto) DESC;`
  - (B) `SELECT categoria, AVG(valor_imposto) FROM impostos WHERE data_pagamento LIKE '2024%' GROUP BY categoria ORDER BY AVG(valor_imposto) DESC;`
  - (C) `SELECT categoria, SUM(valor_imposto) FROM impostos WHERE YEAR(data_pagamento) = 2024 ORDER BY valor_imposto DESC;`
  - (D) `SELECT categoria, SUM(valor_imposto) FROM impostos WHERE data_pagamento = '2024' GROUP BY categoria ORDER BY SUM(valor_imposto) DESC;`
  - (E) `SELECT categoria, SUM(valor_imposto) FROM impostos WHERE data_pagamento LIKE '2024%' GROUP BY categoria ORDER BY SUM(valor_imposto) DESC;`



60. Ao emitir uma NF-e com `operPres = 2` (operação não presencial, como vendas pela internet), o campo de e-mail (`email`) do destinatário não pode estar vazio. A aplicação deve bloquear a emissão nesse cenário. Implementa corretamente essa validação em JavaScript a instrução:
- (A) `if (operPres == 2 && !email) throw new ArgumentException("Email obrigatório");`
  - (B) `if (operPres == 2 || !email) throw new Exception("Email obrigatório");`
  - (C) `if (operPres == 2 && !email) raise ValueError("Email obrigatório");`
  - (D) `if (operPres === 2 || !email) throw new IllegalArgumentException("Email obrigatório");`
  - (E) `if (operPres === 2 && !email) throw new Error("Email obrigatório");`
- 
61. Um funcionário baixa um anexo malicioso de um e-mail. Um software instalado em seu computador detecta a ameaça de *ransomware* antes que ocorra qualquer criptografia, bloqueia o ataque automaticamente e notifica a equipe de segurança. Esse tipo de software é um exemplo de
- (A) proxy reverso (como o NGINX), que gerencia requisições e redireciona acessos a servidores internos, emitindo alertas à Central de Segurança.
  - (B) antivírus (como o Hadoop), que realiza varreduras periódicas para detectar arquivos maliciosos e emite alertas em tempo real.
  - (C) *Endpoint Detection and Response* (EDR) (como o Microsoft Defender for Endpoint), que monitora atividades locais e responde a ameaças.
  - (D) firewall de perímetro (como o pfSense ou Cisco ASA), que controla o tráfego externo para proteger a rede interna.
  - (E) sistema de resposta a incidentes (como o Spark), que monitora atividades suspeitas e responde em tempo real.
- 
62. Uma organização desenvolveu um novo sistema para armazenar e transferir dados sensíveis entre unidades operacionais em diferentes localidades. Como parte da estratégia de segurança da informação, um integrante da equipe optou por implementar criptografia tradicional de dados em trânsito e em repouso, sem mecanismos adicionais de autenticação ou verificação, alegando que essa medida seria suficiente para garantir a integridade dos dados durante toda a operação. Nesse caso, é tecnicamente correto afirmar que a criptografia
- (A) substitui a necessidade de autenticação, pois impede o acesso não autorizado aos dados.
  - (B) de dados é suficiente para atender aos princípios de confidencialidade, integridade e disponibilidade ao mesmo tempo.
  - (C) em repouso elimina a necessidade de controle de acesso, já que os dados estão protegidos contra qualquer uso indevido.
  - (D) garante apenas a confidencialidade dos dados, sendo insuficiente, por si só, para garantir sua integridade.
  - (E) em trânsito impede que os dados sejam interceptados e alterados, garantindo também a disponibilidade do sistema.
- 
63. Um órgão de fiscalização estadual está implementando um programa de gestão de riscos em segurança da informação utilizando a análise SWOT com foco em riscos. Durante a primeira reunião, o comitê executivo identificou que o órgão possui uma equipe de TI altamente qualificada, mas que a política de *backup* ainda é manual e mal documentada. Além disso, observa-se o aumento do número de ataques de *phishing* direcionados a órgãos públicos. Na análise SWOT com foco em riscos, considerando os elementos apresentados, a equipe de TI é classificada como uma
- (A) força; a política de *backup* como uma ameaça; os ataques de *phishing* como uma oportunidade.
  - (B) oportunidade; a política de *backup* como uma força; os ataques de *phishing* como uma fraqueza.
  - (C) fraqueza; a política de *backup* como uma oportunidade; os ataques de *phishing* como uma ameaça.
  - (D) força; a política de *backup* como uma fraqueza; os ataques de *phishing* como uma ameaça.
  - (E) ameaça; a política de *backup* como uma força; os ataques de *phishing* como uma fraqueza.
- 
64. Dados sensíveis de clientes estão sendo trafegados entre um *data center* e uma unidade de negócio por meio da internet. Considerando as boas práticas de segurança da informação, a forma mais adequada de garantir a proteção desses dados durante a transmissão e o armazenamento é por
- (A) uma API com HTTPS (TLS) e, no destino e origem, os bancos de dados utilizam criptografia de disco (AES-256) para proteger os dados mesmo em caso de roubo físico dos dispositivos.
  - (B) transferência direta de arquivos criptografados com AES-128 por meio de links HTTP, garantindo desempenho sem comprometer totalmente a segurança.
  - (C) uma API protegida com SSL e, no armazenamento, utilizando compressão de dados para minimizar riscos em caso de acesso indevido ao disco.
  - (D) uma VPN IPsec entre os servidores, sem necessidade de criptografia adicional nos bancos de dados, uma vez que a VPN já assegura a confidencialidade e integridade dos dados.
  - (E) uma API REST autenticada com token JWT, garantindo proteção dos dados em trânsito e armazenando os dados em bancos de dados protegidos por autenticação.



65. Considere o comando CSS3:

```
@media (max-width: 600px){.container {flex-direction: column;}}
```

Esse comando

- (A) altera a propriedade `flex-direction` para `column` sempre que a altura do `.container` estiver abaixo de `600px`, independentemente da largura.
- (B) garante o *layout* de coluna no `.container` para qualquer dispositivo móvel, sem levar em conta a largura da tela.
- (C) aplica a propriedade `flex-direction: column` ao `.container`, fazendo com que seus elementos sejam alinhados verticalmente quando a largura do dispositivo estiver em até `600px`.
- (D) define a largura do `.container` como exatamente `600px` a partir do momento em que a tela atinge ou fica abaixo desse valor, ignorando qualquer modificação posterior de largura.
- (E) altera a direção do `flex` para `column` apenas quando a largura do dispositivo exceder `600px`, sem afetar resoluções menores.

66. Uma equipe de tecnologia de uma organização pública estadual está desenvolvendo um portal interativo com fins educativos. Eles decidiram incluir uma funcionalidade em que os usuários possam desenhar formas geométricas simples, como círculos e quadrados, diretamente no navegador. Para isso, foi sugerido o uso do elemento `<canvas>` da HTML5. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) o `<canvas>` só pode ser usado para animações complexas, como jogos, e não é adequado para desenhos simples como formas geométricas básicas.
- (B) o método `getContext("2d")` é essencial para desenhar no `<canvas>`, pois ele fornece uma API que permite manipular gráficos bidimensionais.
- (C) o elemento `<canvas>` pode ser usado sem JavaScript, pois ele possui métodos nativos na HTML5 para desenhar formas como retângulos e círculos diretamente no código HTML.
- (D) o elemento `<canvas>` substitui completamente o uso de imagens SVG, pois oferece maior controle sobre os gráficos rasterizados diretamente no navegador.
- (E) para o `<canvas>` funcionar corretamente, é necessário definir os atributos `width` e `height` no CSS, já que o elemento não aceita essas propriedades diretamente no HTML.

67. Objetivando o planejamento e o controle de métricas de projeto em um órgão público, como uma Secretaria da Fazenda, por exemplo, a prática mais eficaz a ser aplicada é

- (A) evitar o uso de métricas e confiar apenas na intuição e na experiência dos gestores de projeto.
- (B) utilizar métricas ágeis e tradicionais de forma independente, sem integração entre elas.
- (C) utilizar apenas métricas tradicionais, como o valor agregado, para medir o progresso do projeto.
- (D) implementar um sistema híbrido que combine métricas ágeis, como velocidade e *burndown*, com métricas tradicionais, como o valor agregado.
- (E) focar exclusivamente em métricas ágeis, como velocidade e *burndown*, para garantir a flexibilidade do projeto.

68. Uma Secretaria da Fazenda está implementando um novo sistema de gestão tributária com o objetivo de modernizar a arrecadação e melhorar a eficiência fiscal. O projeto envolve diversas partes interessadas, como contribuintes, servidores públicos e empresas de tecnologia.

Nesse sentido e a fim de garantir o sucesso do projeto, o melhor alinhamento que se pode realizar utilizando os princípios do PMBOK 7ª edição é

- (A) adotar uma abordagem híbrida, combinando elementos preditivos e adaptativos, e priorizar o engajamento contínuo das partes interessadas para garantir a entrega de valor.
- (B) ignorar as lições aprendidas de projetos anteriores para evitar viés e garantir que o novo sistema seja único e inovador.
- (C) focar exclusivamente no cumprimento do cronograma e do orçamento, minimizando as interações com as partes interessadas para evitar atrasos.
- (D) adotar uma abordagem preditiva, definindo todos os requisitos e processos no início do projeto e evitando mudanças ao longo do caminho.
- (E) priorizar a entrega de um produto mínimo viável (MVP) o mais rápido possível, sem se preocupar com a qualidade ou satisfação das partes interessadas.



69. Uma Analista de uma Secretaria da Fazenda está esclarecendo à sua equipe a respeito do *framework* Hadoop, explicando que o principal benefício da sua aplicação na análise de dados fiscais pela Secretaria é a
- (A) identificação eficiente de fraudes e evasão fiscal.
  - (B) redução do tempo de coleta de dados.
  - (C) redução dos custos e latência paralela.
  - (D) melhoria na precisão das previsões fiscais.
  - (E) aumento da segurança dos dados.
- 
70. Considerando as orientações do PMBOK 7ª edição, a fim de garantir que projetos da área pública (órgãos governamentais) tragam benefícios reais à sociedade, bem como a transparência e a prestação de contas, o domínio de desempenho e o princípio mais adequados são, correta e respectivamente,
- (A) Controle de orçamento e Evitar mudanças ao longo do projeto.
  - (B) Execução rigorosa de contratos e Priorizar apenas o custo como métrica principal.
  - (C) Planejamento detalhado e Reduzir a burocracia ao mínimo.
  - (D) Desempenho organizacional e Garantir que o projeto seja concluído rapidamente.
  - (E) Entrega de valor e Engajar as partes interessadas.
- 
71. Dos fatores de desenho do COBIT 2019, o mais importante para adaptar o *framework* à realidade de uma Secretaria da Fazenda que trata com dados sensíveis, tais como dados tributários e similares, é
- (A) a implementação de novas tecnologias.
  - (B) a minimização de riscos.
  - (C) o foco em processos internos.
  - (D) a redução de custos.
  - (E) a consideração das questões-chave de Informação e Tecnologia.
- 
72. A equipe de uma Secretaria da Fazenda está estudando elementos básicos visando à implantação de princípios de governança de TI, no âmbito do órgão. A MPS.BR 2023 define um conjunto de processos de projeto e outro de processos organizacionais. A Engenharia de Requisitos, por exemplo, é um dos processos de projeto. A Gerência de Processos pertence ao âmbito de processos organizacionais. Outros exemplos de processos de projeto e de processo organizacional são, correta e respectivamente,
- (A) Gerência de Recursos Humanos; e Aquisição.
  - (B) Integração de Produto; e Gerência de Decisões.
  - (C) Medição; e Gerência de Decisões.
  - (D) Projeto e Construção do Produto; e Integração de Produto.
  - (E) Aquisição; e Medição.
- 
73. Considere a ITIL v4 e o seguinte texto que define uma das quatro dimensões da gestão de serviços:
- Envolve a definição das atividades, fluxos de trabalho, processos e procedimentos necessários para atingir os objetivos empresariais acordados, além de determinar como os diferentes componentes da organização se unem e trabalham em uníssono para permitir a criação de valor através de produtos e serviços.*
- A descrição corresponde à dimensão de
- (A) valores e produtos organizacionais.
  - (B) fluxos de serviço e procedimento.
  - (C) fluxos de valor e processos.
  - (D) informação e tecnologia.
  - (E) organização e pessoas.
- 
74. Um benefício específico da modelagem multidimensional para órgãos de controle governamental é a
- (A) maior transparência e auditoria sobre os gastos públicos.
  - (B) eliminação de fraudes em processos administrativos.
  - (C) melhoria na execução de transações bancárias públicas.
  - (D) agilidade na execução de processos jurídicos.
  - (E) redução no tempo de cadastro de novos servidores públicos.
- 
75. Um Analista precisa habilitar o gerenciamento de configurações e definições de configurações de usuário e computador em computadores que executam os sistemas operacionais do Windows Server e do Windows Client de forma automática em todos os computadores da rede de uma Secretaria da Fazenda a partir do servidor. Para isso, ele pode realizar essa tarefa por meio de:
- (A) Política de Grupo (GPO) no Active Directory.
  - (B) Políticas locais do controlador de domínio.
  - (C) Script de inicialização instalado no boot de cada computador da rede.
  - (D) Script de logon instalado em cada computador cliente após acessá-los via ssh.
  - (E) Perfil de usuários contido no gerenciador do servidor.



76. A arquitetura de rede pode ser definida como um conjunto de regras, protocolos e tecnologias que definem a estrutura e o funcionamento de uma rede de computadores. Assim, é correto afirmar que:
- (A) em uma arquitetura cliente-servidor, os roteadores, switches e hubs são responsáveis por processar requisições e fornecer respostas aos clientes.
  - (B) o TCP (*Transmission Control Protocol*) é orientado à conexão e oferece controle de fluxo, confirmação de recebimento e retransmissão.
  - (C) o Modelo OSI (*Open Systems Interconnection*) é o melhor modelo para descrever o funcionamento da arquitetura de uma rede, separando-a em 4 camadas (Física, Rede, Transporte Aplicação).
  - (D) a topologia de rede em barramento é a mais tolerante a falhas, pois permite múltiplos caminhos para os dados.
  - (E) o protocolo UDP é um protocolo da camada de aplicação que garante a entrega confiável de dados, com confirmação e retransmissão em caso de falha.
- 
77. O Administrador da rede Linux de uma Secretaria da Fazenda definiu controles de acesso para as aplicações, processos e arquivos do servidor Red Hat Enterprise Linux por meio do SELinux,
- (A) que funciona como um *firewall* para toda a rede Linux permitindo ou não a passagem do tráfego pelo servidor.
  - (B) que são aplicados por meio das permissões *rwxyz* dos comandos `chmod` e `chown`.
  - (C) que são conjuntos de regras que indicam ao SELinux o que pode ou não ser acessado conforme as permissões de uma política.
  - (D) que são aplicados apenas a usuários não-root, pois os usuários root têm sempre acesso total ao sistema.
  - (E) cujas regras substituem completamente as permissões tradicionais do Linux (*rwxyz*), tornando comandos como `chmod` e `chown` inoperantes.
- 
78. Tanto o Kubernetes quanto o Docker são tecnologias de *container* de código aberto. No entanto, eles são fundamentalmente diferentes na forma como funcionam e no papel que desempenham na distribuição de aplicações em *containers*. Dessa forma, é correto afirmar:
- (A) Docker é utilizado para executar aplicações de nível de produção em nuvem, enquanto o Kubernetes é utilizado na edição e gerenciamento de imagens de *containers*.
  - (B) Kubernetes é utilizado para gerenciar vários microsserviços em grande escala. Cada microsserviço é composto individualmente por vários *containers*.
  - (C) Kubernetes builds e Compose podem ser utilizados em conjunto para criar imagens de *container* e definir e executar aplicações com vários *containers*, respectivamente.
  - (D) Docker funciona gerenciando um cluster de instâncias de computação. Ele programa a execução de *containers* no cluster com base nos recursos computacionais disponíveis e nos requisitos de recursos de cada *container*.
  - (E) Docker é uma ferramenta de orquestração de *containers*, enquanto o Kubernetes é uma pilha de tecnologias de *containers* para criar e executar *containers*.
- 
79. Em um servidor Windows Server, um Analista executou o comando `ipconfig` obtendo os seguintes endereços IPs configurados em uma placa de rede Ethernet.
1. 2804:1cc:abbb:38f3:dd23:6205:ffdd:1efa
  2. fe80::1f91:6d7f:c415:34ec
  3. 192.168.10.1
  4. 255.255.255.0
- Considerando que o servidor tem acesso à rede local e à internet tanto por IPv4 quanto IPv6, o Analista concluiu corretamente que
- (A) o endereço 2 e o endereço 4 possuem 64 e 32 bits, respectivamente.
  - (B) os pacotes com endereços IPs de destino 2 e 3 serão roteados na internet.
  - (C) o endereço 1 e o endereço 2 são do tipo link-local e de roteamento global, respectivamente.
  - (D) o endereço 1 e o endereço 3 são do tipo *unicast global* e privado, respectivamente.
  - (E) o endereço 1 e o endereço 3 são do tipo IPv4 e IPv6, respectivamente.
- 
80. Um Analista precisa justificar a adoção da tecnologia Wi-Fi 6 como uma solução para melhorar a mobilidade na rede de uma Secretaria da Fazenda. Como justificativa ele afirmou que o Wi-Fi 6
- (A) abandona o *beamforming*, adotando a transmissão omnidirecional para maior cobertura.
  - (B) utiliza MDM como padrão de segurança e WPA3 como algoritmo de autenticação, autorização e auditoria.
  - (C) implementa o OFDMA (*Orthogonal Frequency-Division Multiple Access*), permitindo transmissão eficiente para múltiplos dispositivos ao mesmo tempo.
  - (D) elimina do uso da banda de 5 GHz, operando exclusivamente em 2,4 GHz para maior estabilidade e alcance.
  - (E) reduz a capacidade de conexão simultânea de dispositivos, priorizando apenas velocidades mais altas para um único usuário.